



Fundos e empresários avaliados em Lisboa

Futebol Conferência discutiu regulação dos agentes de jogadores e fundos de investimento no futebol.

Paulo Jorge Pereira
paulo.pereira@economico.pt

A proibição dos fundos de investimento em jogadores tem sido tema recorrente: Michel Platini disse-o e a UEFA solicitou informações sobre o assunto – ainda agora dirigiu a Benfica, Porto e Sporting pedidos acerca dos fundos com que funcionam. Porém, o professor Richard Parrish, do Edge Hill Centre for Sports Law Research, admite que venha a ser estabelecido um acordo e não haja proibição.

“É um assunto que tem suscitado dúvidas em aspectos como o fair-play financeiro, a integridade das competições, a indepen-

dência dos clubes e no próprio mundo laboral, mas acredito que não haverá proibição generalizada, estabelecendo-se um acordo que atenuar esse cenário”, defendeu na conferência sobre o tema e as mudanças na regulamentação relativas aos empresários, organizada pela sociedade de advogados **Albuquerque & Associados**.

A proibição, que existe em Inglaterra, França e Polónia, “prejudicaria muitos clubes”. E acrescenta: “A regra da FIFA sobre a terceira parte envolvida vai no sentido de esta não interferir nas políticas dos clubes para garantir a sua independência e a integridade das competições. No fundo, também no desporto é a ideia de que à mulher de César não basta ser séria – é preciso parecê-lo. Mas é preciso ter em conta o equilíbrio no futebol europeu e, a esse nível, os clubes ingleses não podem



Richard Parrish (Edge Hill Centre for Sports Law Research) defende que “os fundos de jogadores não serão proibidos, mas alvo de algumas adaptações”.



Serge Rossmels, director da Federação Holandesa de Futebol, diz ter falado com a Liga portuguesa sobre o tema da regulamentação para empresários.

queixar-se de desigualdade – basta ver o que recebem em prémios da UEFA ou por direitos televisivos”, resume Parrish.

Alterações nos empresários

Desde 2009, a FIFA promoveu um movimento no sentido de haver mudanças no sector dos empresários e, a partir de Fevereiro de 2015, vai passar a existir o intermediário. As licenças dos 6.882 empresários serão recolhidas e um sector que, desde 2001, já se encontrava sob alçada das 209 Federações que formam a FIFA, irá obedecer a novas regras num enquadramento que atribui mais responsabilidades também aos clubes. “Do ponto de vista dos clubes isto levanta muitas dúvidas e, através de organizações internacionais como a EPFL ou em grupos de trabalho como o que organi-

zámos na Holanda, temos transmitido essa posição à FIFA, situação que já permitiu efectuar algumas mudanças na decisão inicial”, explicou Serge Rossmels, director da Federação Holandesa de Futebol.

Rossmels indica já ter “conversado com responsáveis da Liga portuguesa”, os quais se mostraram interessados nas suas propostas. “Deverá existir uma lista de empresários na Federação em relação aos quais as boas práticas, a transparência e a actuação no mercado permita perceber que não existem dúvidas, pois não faz sentido lidar com muita gente que ninguém terá a possibilidade de conhecer. Mas, a partir do momento em que a FIFA se afaste do processo, é preciso definir a quem podem os clubes recorrer caso sejam vítimas de algum processo fraudulento”. ■